

IX PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO 2019



Caderno de Provas

Direito

ESTE CERTAME É COMPOSTO DE **PROVA OBJETIVA:**

CONTENDO 50 (CINQUENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 4 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C e D, HAVENDO APENAS UMA CORRETA;

VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL. RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme orientação do fiscal de sala.

Não haverá substituição do cartão de respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;

Somente faltando 2 (duas) horas para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;

Ao término da prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão Resposta.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas, poderá implicar a anulação da sua prova.

DURAÇÃO DA PROVA
⌚ 4 HORAS


DIREITO CONSTITUCIONAL

1. De acordo com Constituição brasileira em vigência, são fundamentos da República Federativa do Brasil, **exceto**:

- a) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- b) a liberdade de manifestação do pensamento, sendo defesa a publicidade.
- c) o pluralismo político.
- d) a dignidade da pessoa humana.

2. Em relação aos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição Federal, analise as assertivas abaixo e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () As pessoas são obrigadas a fazer ou deixar de fazer alguma coisa somente em virtude de lei.
- () O sigilo da fonte, quando necessário ao exercício da atividade jornalística, é resguardado.
- () O exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão é livre, desde que sejam atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- () Todas as pessoas podem se reunir pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtenham a devida autorização.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- a) V, V, V, V.
- b) V, V, V, F.
- c) V, F, F, F.
- d) V, V, F, V.

3. Não se inclui no chamado controle concentrado de constitucionalidade:

- a) Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica (ADI).
- b) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO).
- c) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).
- d) Ação Civil Pública (ACP).

4. É acumulo vedado de cargo público, mesmo que haja compatibilidade de horário:

- a) dois cargos de professor.
- b) um cargo de professor com outro técnico.
- c) de dois cargos de engenheiros civis.
- d) um cargo de professor com outro científico.

5. A prática de atos administrativos e a conduta dos servidores públicos vinculam-se à observância de princípios constitucionais que regem a atividade administrativa pública, direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Julgue os itens a seguir e escolha a opção correta.

I – O princípio da legalidade impõe à Administração Pública fazer somente o que a lei permitir ou exigir.

II – O princípio da impessoalidade obriga a Administração Pública a tratar a todos sem favoritismo, ou quando preciso, fazer a discriminação necessária para alcançar a igualdade real ou material.

III – O princípio da moralidade exige que a Administração Pública aja com boa-fé, probidade, lealdade, ética.

- a) Somente o item I está correto.
- b) Itens I, II e III estão errados.
- c) Somente o item II está errado.
- d) Todos os itens estão corretos.

6. A atual Constituição Federal proibiu qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, desde que observada a idade mínima de:

- a) doze anos.
- b) treze anos.
- c) quatorze anos.
- d) quinze anos.

7. São brasileiros natos:

- a) todos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros.
- b) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- c) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira.
- d) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação pena.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

8. “João” ajuizou, pelo procedimento comum, ação indenizatória por danos materiais em desfavor de um supermercado. O juiz, ao despachar a inicial, em decisão interlocutória, indeferiu o pedido de



gratuidade da justiça e determinou o recolhimento das custas processuais. Qual o recurso cabível para atacar essa decisão judicial?

- a) Agravo de Instrumento.
- b) Agravo interno.
- c) Apelação.
- d) Recurso ordinário.

9. “José” foi condenado, no juizado especial cível, em sentença transitada em julgado, a pagar uma indenização por danos morais. Na fase de cumprimento de sentença, frustradas as tentativas de que houvesse o pagamento espontâneo e a penhora de bens, o autor da ação requereu a constrição de 30% dos vencimentos mensais do executado, até a quitação total do débito. O juiz, após colher a manifestação do requerido, deferiu o pedido do requerente. Para insurgir contra essa decisão de primeiro grau, que medida cabível pode ser adotada pelo requerido?

- a) Interposição de recurso inominado.
- b) Interposição de apelação.
- c) Interposição de agravo de instrumento.
- d) Impetração de mandado de segurança.

10. Na sistemática do Código de Processo Civil em vigência, o prazo para interposição do agravo de instrumento é:

- a) dez dias.
- b) oito dias.
- c) quinze dias.
- d) cinco dias.

11. Para Humberto Theodoro Júnior (*Curso de Direito Processual Civil*. Vol. 1. 56ª edição. Editora Forense: Rio de Janeiro, 2015, p. 79), “Os pressupostos processuais são aquelas exigências legais sem cujo atendimento o processo, como relação jurídica, não se estabelece ou não se desenvolve validamente. E, em consequência, não atinge a sentença que deveria apreciar o mérito da causa. São em suma requisitos jurídicos para a validade da relação processual”. Nesse sentido, de acordo com o vigente Código de Processo Civil, são pressupostos processuais, no procedimento comum, exceto:

- a) competência do juiz para a causa.
- b) representação do autor por advogado.
- c) existência de perempção.
- d) citação do réu.

12. De acordo com o Código de Processo Civil, são condições da ação:

- a) contestação e sentença de mérito.
- b) contestação e sentença.
- c) audiência de conciliação e contestação.
- d) legitimidade e interesse de agir.

13. Sobre a jurisdição e a ação no processo civil brasileiro, analise as assertivas abaixo e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- () Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- () É inadmissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- () O interesse do autor pode limitar-se à declaração de inexistência de uma relação jurídica.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) V, V, F, V.
- b) V, V, V, V.
- c) F, V, F, V.
- d) V, F, F, F.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

14. Recurso cabível para atacar sentença que pronunciar o réu:

- a) apelação.
- b) recurso em sentido estrito.
- c) carta testemunhável.
- d) habeas corpus.

15. De acordo com o Código de Processo Penal, a prisão preventiva pode ser decretada:

- a) pelo juiz, como garantia da ordem pública.
- b) para fins de investigação, quando não houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- c) pelo policial civil ou militar, para fins de averiguação, em caso de indivíduo em vadiagem.
- d) por qualquer pessoa do povo, em caso de flagrante delito.



16. O inquérito policial deve ser instaurado de ofício pela autoridade policial sempre que tiver conhecimento da prática de um delito, ressalvadas as hipóteses:

- a) de delitos de tóxico, porque compete ao ministério público promover a ação.
- b) de delitos de trânsito, porque a competência é privativa dos departamentos estaduais de trânsito.
- c) de crimes de ação penal pública condicionada à representação e de delitos de ação penal privada.
- d) de crimes de ação pública incondicionada e de delitos de ação penal privada.

17. Segundo as regras do Juizado Especial Criminal (Lei n. 9.099/95), os embargos de declaração podem ser opostos em:

- a) cinco dias e interrompem o prazo para a interposição de recurso.
- b) dez dias e interrompem o prazo para a interposição de recurso.
- c) cinco dias e suspendem o prazo para a interposição de recurso.
- d) dois dias e suspendem o prazo para a interposição de recurso.

18. De acordo com a sistemática de nulidades instituídas pelo Código de Processo Penal, não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha ocorrido prejuízo. **NÃO** é hipótese de nulidade:

- a) suspeição do juiz.
- b) ilegitimidade de partes.
- c) falta de exame do corpo de delito nos crimes que não deixam vestígios.
- d) falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada.

19. **NÃO** é hipótese de substituição da prisão preventiva pela domiciliar prevista no Código de Processo Penal, quando o agente for:

- a) extremamente debilitado por motivo de doença grave.
- b) imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência.
- c) gestante.
- d) maior de 70 (setenta) anos.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

20. Acerca da ação civil pública, analise as assertivas.

- I. A Defensoria Pública possui legitimidade para propor a ação.
- II. Toda a associação que esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil também possui legitimidade para ajuizar a ação.
- III. O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

Está correto o que se afirma tão somente em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III
- d) III.

21. Assinale a alternativa que vai de encontro à lei que instituiu a ação popular.

- a) Qualquer cidadão é parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio dos entes federativos.
- b) É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.
- c) Ao despachar a inicial o juiz ordenará a intimação do Ministério Público.
- d) Apenas o Ministério Público será parte legítima para propor a ação.

22. As entidades não-governamentais de atendimento ao idoso que descumprirem as determinações da lei Federal n. 10.741/2003 ficarão sujeitas às seguintes penalidades administrativas, **salvo**:

- a) advertência.
- b) confisco de bens.
- c) suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas.
- d) interdição de unidade ou suspensão de programa.

23. O Código de Defesa do Consumidor, em relação à responsabilidade pelo fato do produto, prescreve, **EXCETO**:

- a) o comerciante poderá ser responsabilizado quando o produto for fornecido sem identificação clara de seu fabricante.
- b) o fabricante não será responsabilizado quando provar a culpa exclusiva do consumidor.
- c) o fabricante não será responsabilizado quando provar a culpa de terceiro.
- d) o produto também será considerado defeituoso se outro de melhor qualidade for colocado no mercado.



DIREITOS HUMANOS

24. De acordo com a doutrina, são características dos Direitos Humanos:

- a) inalienabilidade, imobilidade e irrenunciabilidade.
- b) imprescritibilidade, inalienabilidade e irrenunciabilidade.
- c) alienabilidade, imprescritibilidade e irrenunciabilidade.
- d) inalienabilidade, imprescritibilidade e imobilidade.

25. A respeito dos direitos humanos, marque a afirmativa correta.

- a) É exemplo de direito-imunidade: “vedação à prisão, salvo na hipótese de flagrante delito, de prisão preventiva ou de condenação em processo-crime”.
- b) Os direitos humanos são fundamentais e prescindíveis à vida digna.
- c) A Declaração Universal dos Direitos Humanos tolera a tortura somente em investigação criminal que apura a prática de terrorismo.
- d) A violência física sofrida por estupradores dentro de presídios não viola os direitos humanos, devido à gravidade do delito praticado por esses agentes criminosos.

DIREITO CIVIL

26. Marque a única alternativa que está em desacordo com o regime legal dos defeitos do negócio jurídico:

- a) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio;
- b) O erro não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.
- c) Configura-se o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- d) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.

27. Maria, que acabou de completar dezesseis anos de idade, reside apenas com sua mãe, Camila, já que seu pai é falecido. Camila pretende fazer cessar a incapacidade civil de Maria. Neste caso, Camila:

- a) Deverá, necessariamente, fazê-lo através de ação judicial adequada.
- b) Poderá fazê-lo mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- c) Poderá fazê-lo mediante instrumento público, desde que submetido à homologação judicial.
- d) Não poderá fazê-lo em razão do falecimento do pai de Maria.

28. Acerca dos institutos da prescrição e decadência no direito civil, marque a alternativa **FALSA**:

- a) Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue pela prescrição.
- b) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- c) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- d) Os absolutamente incapazes têm ação contra os seus representantes legais que derem causa à prescrição ou não a alegarem oportunamente, pois devem atuar de forma efetiva no interesse daqueles.

29. João foi acusado de, dirigindo um veículo automotor, ter atropelado um pedestre e lhe causado graves ferimentos. No processo criminal relativo ao ocorrido, o Juiz, com base nas provas produzidas, concluiu que João não foi o autor do fato, tendo a sentença criminal transitado em julgado. Nesse caso, na esfera cível, João:

- a) Só poderá vir a ser responsabilizado pelos danos estéticos decorrentes do atropelamento.
- b) Poderá vir a ser responsabilizado pelos danos materiais e morais decorrentes do atropelamento porque a responsabilidade civil é independente da responsabilidade criminal.
- c) Não mais poderá ser responsabilizado pelos danos decorrentes do atropelamento, pois a decisão do juízo criminal, na parte em que afasta a autoria do fato em relação a João, vincula o juízo cível.
- d) Poderá vir a ser responsabilizado apenas pelos danos materiais decorrentes do atropelamento porque a sentença criminal não afastou a existência do fato.



30. A respeito da posse e da propriedade, é correto afirmar que:

- a) É considerado possuidor apenas aquele que tem de fato o exercício pleno de todos os poderes inerentes à propriedade.
- b) São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.
- c) A propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, além dos monumentos arqueológicos, exceto os potenciais de energia hidráulica que pertencem à União.
- d) Apenas o possuidor com justo título tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

31. Acerca da obrigação de prestar alimentos, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.
- b) Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.
- c) A obrigação de prestar alimentos nunca poderá ser transmitida aos herdeiros do devedor.
- d) Se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo.

32. “Não se justifica, em absoluto, impor a uma pessoa com deficiência o enquadramento jurídico como incapaz, por conta de um impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial. Toda pessoa é capaz, em si mesma. E, agora, o sistema jurídico reconhece essa assertiva”.

FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: parte geral e LINDB. 14 ed., Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

O fragmento acima diz respeito à alteração no regime de capacidade civil realizada pela Lei 13.146/2015, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência. Segundo a norma citada, marque a alternativa **ERRADA**:

- a) A pessoa com deficiência não poderá exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
- b) Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação;

c) A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

d) A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

DIREITO PENAL

33. Sônia afirma, na presença de várias pessoas do bairro, que Fabíola trai há muito tempo seu marido, ora com Ricardo e ora com Bernardo. Nesse cenário, é correto afirmar que Sônia cometeu crime de:

- a) calúnia, admitindo-se a exceção da verdade;
- b) denunciação caluniosa;
- c) difamação, admitindo-se a exceção da verdade;
- d) difamação, não se admitindo a exceção da verdade;

34. Daniel, proprietário de uma loja de materiais para escritório, e Giovane, Secretário de Estado, agindo juntos, promovem o desvio de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais) destinados à compra de material de expediente a ser usado pelo referido órgão público. Daniel é amigo íntimo de Giovane e sabe do cargo público por este ocupado. A verba foi repartida igualmente entre os dois. De acordo com direito penal e a situação narrada, por quais crimes o empresário e o agente público deverão responder?

- a) Daniel responderá pelo crime de furto e Giovane por peculato desvio.
- b) Daniel responderá pelo crime de corrupção ativa e Giovane por peculato desvio.
- c) Daniel e Giovane responderão por peculato desvio.
- d) Daniel responderá por furto e Giovane responderá por peculato apropriação.

35. Giovane, primário e de bons antecedentes, subtraiu, para si, um pacote de biscoito/bolacha avaliado em R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos). Após ser denunciado pela prática do crime de furto, o Defensor Público em atuação, em sede de resposta à acusação (defesa prévia), requereu a absolvição sumária de Giovane com base no princípio da insignificância. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, o princípio da insignificância:

- a) funciona como causa de exclusão de ilicitude;
- b) afasta a tipicidade do fato;



- c) funciona como causa de exclusão da culpabilidade;
d) não pode ser utilizado por não ter previsão legal, em respeito à legalidade estrita.

36. João caminhava com sua filha Anita, de 02 anos, em um parque municipal, quando um cachorro surgiu e passou a atacar a criança. Diante da situação de risco para a integridade física de Anita, João pegou uma pedra e arremessou violentamente na cabeça do cachorro, vindo a causar a morte do animal. Nesse caso, é correto afirmar que João:

- a) agiu em legítima defesa, causa de exclusão da ilicitude;
b) agiu em estado de necessidade, causa excludente da ilicitude;
c) responderá pelo crime de maus-tratos a animais, pois não existe legítima defesa de terceiro;
d) agiu em estrito cumprimento de dever legal, causa excludente da ilicitude;

37. Sobre o crime de tráfico de drogas (art. 33 da Lei nº 11.343/2006) e considerando a atual jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que:

- a) Não é possível a concessão de liberdade provisória por se tratar de crime equiparado a hediondo.
b) É vedada a conversão da pena privativa de liberdade em penas restritivas de direitos.
c) A fixação do regime inicial para cumprimento da pena privativa de liberdade deve observar as regras previstas nos artigos 33 e 59 do Código Penal.
d) A aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006, caracterizadora do privilégio, não afasta o caráter hediondo do crime de tráfico de drogas.

38. Quanto ao tempo do crime, o código penal brasileiro adotou a teoria:

- a) do resultado, segundo a qual o tempo do crime será o momento da ocorrência do resultado da infração penal;
b) da ubiquidade, segundo a qual, na definição do tempo do crime, deve ser levado em consideração tanto o momento da conduta como o do resultado;
c) da atividade, pela qual se considera praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
d) mista, segundo a qual o tempo do crime em alguns casos será no momento da ação ou omissão e em outros casos do momento do resultado.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA
DEFENSORIA PÚBLICA

39. Marque a alternativa que **NÃO** corresponde a nenhum dos objetivos institucionais da Defensoria Pública.

- a) A judicialização irrestrita dos conflitos.
b) Primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais;
c) A afirmação do Estado Democrático de Direito;
d) A prevalência e efetividade dos direitos humanos;

40. Em relação à legislação institucional da Defensoria Pública, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) As funções institucionais da Defensoria Pública serão exercidas inclusive contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público;
b) O instrumento de transação, mediação ou conciliação referendado pelo Defensor Público valerá como título executivo extrajudicial, inclusive quando celebrado com a pessoa jurídica de direito público.
c) A assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública.
d) A capacidade postulatória do Defensor Público decorre exclusivamente de sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41. De acordo com a Lei Federal nº 11788/2008, que regula o estágio de estudantes, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos.
b) É assegurado apenas ao estagiário de nível superior e sempre que o estágio tenha duração superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias a ser gozado exclusivamente durante suas férias escolares, sendo vedado o seu fracionamento.
c) O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.
d) O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.



42. Segundo a doutrina de Hely Lopes Meirelles: *“ato administrativo é toda manifestação unilateral da Administração que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigação aos administrados ou a si própria.”* Nessa linha de inteligência, acerca dos atos administrativos, marque a única alternativa **INCORRETA**:

- a) Revogação é o cancelamento do ato administrativo por razões de conveniência ou oportunidade da Administração;
- b) Apenas os atos válidos podem ser revogados, haja vista que, se o ato for inválido, só caberá sua anulação, não havendo que falar em critérios de conveniência e oportunidade;
- c) O Poder Judiciário, dentro da sua competência de fiscalizar a atuação da Administração, pode, inclusive, adentrar na análise do mérito do ato administrativo e substituí-lo sempre que o julgador entender que a alteração melhor atende o interesse da coletividade.
- d) Nos processos perante o tribunal de contas da união asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão;

43. Acerca da organização da Administração Pública, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, criadas mediante autorização legal, para prestação de serviço público ou a exploração de atividade econômica, podendo se revestir de qualquer forma empresarial admitida em direito;
- b) Sociedade de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, criadas mediante autorização legal, para prestação de serviço público ou a exploração de atividade econômica, exclusivamente sob a forma de sociedade anônima.
- c) Autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica para prestação de serviço público específico, com autonomia administrativa, mas submetida a controle finalístico de suas atividades.
- d) As sociedades de economia mista da união possuem foro especial e só podem ser demandadas na Justiça Federal.

44. Samuel ocupou o cargo comissionado de Assessor Técnico no Poder Executivo do Estado de Rondônia, de março a dezembro de 2012. Em fevereiro de 2018, o Ministério Público ajuizou ação

civil pública por ato de improbidade administrativa imputando a Samuel a prática de conduta que, supostamente, violou princípios da administração pública, sem, todavia, ter causado dano ao erário. Por estar desempregado desde sua exoneração e em situação de hipossuficiência, Samuel buscou assistência jurídica na Defensoria Pública. Na defesa prévia do assistido, o Defensor Público, de acordo com a Lei nº 8.429/92, deve alegar:

- a) Ocorrência de prescrição, pois a ação deveria ter sido ajuizada até cinco anos após o fim do exercício do cargo em comissão;
- b) Ocorrência de prescrição, pois a ação deveria ter sido ajuizada até dois anos após o fim do exercício do cargo em comissão;
- c) Ilegitimidade de Samuel para figurar como réu em ação de improbidade administrativa, pois atualmente não ocupa nenhum cargo público;
- d) que apesar da ação ser imprescritível, Samuel não possui legitimidade ad causam para constar no polo passivo, pois o cargo que ocupava não tinha natureza política, e sim natureza comum.

45. O Defensor Público-Geral do Estado editou norma geral e abstrata para viabilizar o fiel cumprimento da Lei Federal nº 11788/2008 (Lei do Estágio) no âmbito da Defensoria Pública. Este ato é expressão do poder:

- a) disciplinar;
- b) regulamentar;
- c) vinculado;
- d) hierárquico;

46. A Agência de Vigilância Sanitária Estadual realizou vistoria no pequeno restaurante de João, oportunidade em que foram constatadas irregularidades que acarretaram a imediata interdição do estabelecimento. João procurou a Defensoria Pública, onde lhe foi informado que a Administração Pública, respeitados os limites legais e regulamentares, bem como os princípios gerais do direito, pode realizar a interdição do seu estabelecimento sem ordem judicial, em razão do:

- a) exercício do poder de polícia;
- b) exercício do poder regulamentar;
- c) exercício do poder disciplinar;
- d) exercício do poder hierárquico;

DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

47. Acerca das disposições previstas no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, assinale a alternativa correta.



- a) Considera-se criança, para os efeitos do ECA, a pessoa até 10 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre dez e dezesseis anos de idade.
- b) Os direitos enunciados no ECA aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.
- c) A medida socioeducativa destina-se tanto à criança quanto ao adolescente que houver praticado ato infracional grave.
- d) A garantia de prioridade não inclui a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude, por ser matéria orçamentária de competência exclusiva e discricionária do chefe do poder executivo.

48. Sobre o instituto da guarda, modalidade de colocação em família substituta, marque a alternativa **INCORRETA**.

- a) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.
- b) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção.
- c) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.
- d) A guarda, uma vez concedida, se torna irrevogável.

49. Acerca do instituto da adoção, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.
- b) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.
- c) É permitida a adoção por procuração.
- d) O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.

50. Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, especificamente quanto aos direitos individuais, é correto afirmar que:

- a) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- b) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- c) Quando apreendido em flagrante de ato infracional o adolescente civilmente identificado também será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais.
- d) A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados exclusivamente à autoridade judiciária competente.

FIM